

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

<http://tce.al.gov.br/portal-transparencia>

PEDIDO Nº 22

IDENTIFICAÇÃO REQUERENTE

Pessoa: Onésimo Staffuza

CPF: 78014646800

Email: osbrasil@gmail.com

Telefone: (61) 99580-8269

IP: 187.32.24.225

Logradouro: EQS 707/907

Número: 305 Bairro: Asa Sul

Complemento: Ed. San Marino

CEP: 70.390-078

Cidade: Brasília - DF

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Número: 22

Data Solicitação: 27/05/2019

Recebimento: SIC-TCEAL

DESCRIÇÃO DO PEDIDO

Título: Recurso de Reconsideração sobre Pedido de Informação Não Respondido

Solciitação:

A Sua Excelência o Senhor Otávio Lessa de Geraldo Santos Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas. Cumprimentando-o cordialmente Vossa Excelência, o Observatório Social de Brasília, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 19.802.464/0001-40, representado pelo Presidente Onésimo Staffuza, CPF: 78014646800 protocolou o pedido de informação nº 5, no dia 08/02/2019 baseado na Lei de Acesso à Informação para obter dados econômicos e de resultado referente ao ano de 2017; no dia 27/08/2019 protocolamos o pedido de informação nº 21 solicitando que fosse informado o número de jurisdicionados. Diante da negativa no fornecido uma resposta a solicitação de informação realizada dia 08/02/2019, protocolamos através do e-mail ouvidoria, dia 16/08/2019, o pedido de recurso com fundamentação legal na Resolução Normativa no 003/2012. Ocorre que até o presente momento, não foi fornecido nenhuma resposta ao 2 pedidos de informações e no recurso enviados e cadastrados neste Tribunal de Contas. Segue abaixo as consultas realizadas anteriormente Pedido nº 5: Com base na Lei de Acesso à Informação e verificando o site deste Tribunal de Contas para conhecer dados econômicos e de resultado referente ao ano de 2017 encontramos os seguintes valores: DISCRIMINAÇÃO Dado 1. Receita ou repasse total Recebido do governo (em milhões de Reais): Não divulgado 2. Gasto total do Tribunal (em milhões de Reais): Não divulgado 3. Despesas com pessoal da ativa – (menos) despesas de anos anterior, demissões e decisões judiciais (em milhões R\$) 57,1 4. Outras despesas correntes (em milhões de reais): Não divulgado 5. Investimentos (em milhões de reais) Não divulgado 6. Quantidade de decisões emitidas: Não divulgado 7. Quantidade de auditorias, inspeções concluídas: Não divulgado 8. Quantidade de processos registrados: Não divulgado Vimos solicitar a confirmação das informações acima. Caso estejam divergentes do real, solicitamos que nos sejam informados o correto, bem como indicar onde se encontra, no site do tribunal, a informação correta disponível ao cidadão. Com base no artigo 8º. Da Lei de Acesso à Informação n. 12.527 de 2011 é direito do cidadão conhecer os trabalhos executados e em execução por esse tribunal. O site do tribunal referente aos dados do ano de 2017: 9. Disponibiliza as licitações executadas 2017, as dispensas e inexigibilidade de licitações 10. Disponibiliza as despesas detalhadas por empenho onde conste o objeto, valor e pessoa contratada 11. Dá ao cidadão acessos aos contratos administrativos do tribunal ou no mínimo seu extrato e o processo a que deu causa. 12. Disponibiliza canal e normas para solicitação de acesso informações 13. Disponibiliza as decisões e jurisprudências proferidas pelo tribunal 14. Não Disponibiliza os processo com as principais peças digitalizadas para consulta 15. Disponibiliza plano de trabalho, projetos e ações do tribunal e seus resultados 16. Não Disponibiliza resultado das auditorias e inspeções efetivadas 17. Tem manuais, cartilhas ou cursos que orientam conselheiros, controle interno ou gestores Assim, vimos solicitar que seja confirmada a falta ou não dessas informações com indicação do local, bem como, solicitar ainda o esforço de disponibilizá-las no site para os cidadãos que assim quiserem consultar. Por final, solicitamos informações quanto a : 18. Quantidade de servidores efetivos, comissionados e total em 31.12.2017; 19. Quantidade de trabalhadores terceirizados em 31.12.2017; 20. Currículo completo dos atuais conselheiros. Certos de que esse Tribunal quer favorecer o controle cidadão, aguardamos. Pedido nº 21: A Sua Senhoria, O Senhor Conselheiro-Ouvidor, Cumprimentando cordialmente vossa senhoria, o Observatório Social de Brasília, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 19.802.464/0001-40, representada pelo presidente, o senhor Onésimo Staffuza, vem com base na Lei de Acesso à Informação propor a presente solicitação de informação: 1 – O número de Órgãos/Instituições jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas no ano de 2017? 2 – O número de Órgãos/Instituições jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas no ano de 2018? 3 – O número de Órgãos/Instituições jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas no ano de 2019? Vimos requer seja acolhida a nossa solicitação. Certos do bom atendimento, despedimo-nos. Atenciosamente. Pela razão no fornecimento das resposta acerca dos pedidos acima mencionados, recorreremos a enviar esse novo pedido de reconsideração e requeremos a V.Exa. seja acolhida a nossa solicitação e oferecido resposta ao anseio social. Certos do bom atendimento, despedimo-nos. Atenciosamente. Brasília, 12 de setembro de 2019.